



Jaldo de Souza Santos

## Medicamentos pelos Correios é risco à saúde

*Presidente do CFF diz que vantagens com diminuição de preços não compensam riscos à saúde do usuário, nem a geração de custos altos para o SUS*

O Governo estará prestando um desserviço à saúde da população, se vier mesmo autorizar a venda de medicamentos pelos Correios. O alerta é do presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, diante das notícias de que o Ministério da Saúde está concluindo estudos com esse objetivo. “A redução dos preços oferecida por esse tipo de comércio não compensa os riscos à saúde do paciente e os prejuízos para o SUS e sistemas privados de saúde”, acrescenta Souza Santos.

O presidente do Conselho informa que é cada vez maior, no mundo inteiro, o número de reações adversas ao medicamento. Citou que, nos Estados Unidos, no ano passado, foram registradas 120 mil internações hospitalares decorrentes de doenças iatrogênicas (originárias do uso inadequado de medicamento).

Em 1994, também nos EUA, a morbi-mortalidade (instalação e/ou manutenção de uma doença, e possível morte) resultante do uso inadequado de medicamentos gerou custos de US\$ 136,8 bilhões. Os números constam de um estudo realizado pelo professor norte-americano de economia em saúde, J. L. Bootman, e publicado, em 1995.

O mesmo estudo informa ainda que dos US\$ 138,8 bi, US\$ 76 bi foram gastos na compra de medicamentos com prescrição médica. “Isso significa que, mesmo com prescrição, o medicamento não oferece total garantia”, adverte o presidente do Conselho. J. L. Bootman previu que uma

atenção ou orientação mais profunda prestada ao paciente pelo farmacêutico teria reduzido esses problemas em cerca de 40%. “E olha que se está falando de Estados Unidos, que são rigorosos com o controle do medicamento e dispõem de uma boa atenção farmacêutica”, disse o presidente do CFF.

Sobre a situação, no Brasil, ele fez o seguinte comentário: “Nós não sabemos qual é a realidade brasileira, porque o País não possui um serviço de farmacovigilância”. A farmacovigilância é que poderia avaliar e quantificar os efeitos indesejáveis do medicamento.

Souza Santos enfatiza que todos os esforços devem ser feitos, com vistas à racionalização do uso do medicamento, para se evitar as conseqüências indesejáveis e prejuízos financeiros. Ele cita que para cada dólar gasto na compra de medicamento, gasta-se entre um a três dólares para tratar problemas advindos do uso inadequado do produto.

**Ilegalidade** – Além das questões terapêuticas, o presidente do Conselho Federal observa ainda que o comércio pelos Correios é “ilegal”, visto que a Lei 5991/71 (Lei sanitária) estabelece que medicamentos somente devem ser dispensados, em farmácias e drogarias. “Vale salientar que a dispensação é uma prática exclusiva do farmacêutico e deve acontecer sempre acompanhada de

sua orientação ao paciente. No caso dos Correios, quem vai orientar o paciente? Quem vai resguardar, com cuidados técnicos e científicos, a venda?”, questiona.

Outra preocupação do presidente do CFF é quanto à possibilidade de haver abusos, com pessoas adquirindo, pelos Correios, medicamentos de venda controlada, a exemplo dos psicotrópicos.

**Falsa premissa** – Para Wilson Follador, um dos mais respeitados especialistas em Farmacoeconomia do Brasil, membro da Sociedade Internacional de Farmacoeconomia (o órgão tem sede em New Jersey, nos EUA) e chefe do serviço de Farmácia do Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Fundão), criar mais um ponto de acesso aos medicamentos sob a alegação de baratear preços é uma “premissa falsa”, porque o Brasil continua com a mesma produção. Além do mais, a venda pelos Correios poderá provocar, como reação, a concorrência predatória entre farmácias aéreas.



Wilson Follador

“Nessa concorrência, poderá valer quase tudo, inclusive a prática da empurroterapia, o que acabará colocando a saúde da população em risco”, argumenta Follador. Ele acrescenta que quem vai arcar com os custos dos problemas advindos do uso inadequado do medicamento são os próprios pacientes e o SUS. “Os pacientes e o SUS terão que comprar novos medicamentos para tratar das reações adversas provocadas por outros medicamentos”, alerta. E conclui: “Isso vai acabar gerando custos muito altos para o SUS. E é bom lembrar que o sistema anda sempre com problemas sérios de caixa”.